

O VOLUNTARIADO AMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES EDUCATIVAS GEOGRÁFICAS E AMBIENTAIS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 5 (ZONA OESTE), DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ

ENVIRONMENTAL VOLUNTEERING: A PERSPECTIVE OF GEOGRAPHICAL EDUCATIONAL RELATIONS AND ENVIRONMENTAL IN PLANNING AREA 5 (WEST ZONE), IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO/RJ

RESUMO

O presente trabalho surgiu com a preocupação dos problemas ambientais, principalmente os decorrentes do distanciamento do meio ambiente mais imediato ao cotidiano das populações urbanas e periféricas que, ao longo da história de construção do espaço geográfico, foi sendo marginalizada do poder de decisão sobre seu lugar neste espaço. Na Cidade do Rio de Janeiro a população de bairros como da área de planejamento 5 (AP-5), recorte deste artigo, foram expostas a várias mudanças de modelo de formação socioespacial que na maioria das vezes não favoreceu os interesses da população local e que os fez herdar os passivos sociais, econômicos e ambientais das decisões tomadas a sua revelia. Ao examinar os modos de ensinar sobre educação ambiental na sociedade brasileira atual, nos deparamos com o papel fundamental da Geografia e de seu ensino para a apropriação da criticidade nas relações sociedade e natureza. Além de possuir um capital ainda considerável de recursos ecossistêmicos, importante ferramenta na conservação, preservação e na sustentabilidade da cidade do Rio de Janeiro, a AP-5 tem considerável parcela do contingente populacional da cidade, o que faz com que a forma que percebem a educação recebida e as práticas ambientais ali realizadas pelos voluntários ambientais sejam importantes para as tomadas de decisão de todo o município. Também traz à tona o debate envolvendo a questão socioambiental diante das políticas públicas educacionais, os saberes locais e o conflito entre discursos e ações.

Palavras-chave: Educação Geográfica. Educação Ambiental. Voluntariado.

ABSTRACT

This work appeared with the concern of the environmental problems, especially those resulting from the distance of the most immediate environment to the daily life of urban and peripheral populations that, throughout the history of construction of the geographic space, was being marginalized from the power of decision about their place in this space. In the City of Rio de Janeiro, the population of neighborhoods such as Planning Area 5 (AP-5), had been displayed to some changes of model of socioespacial formation that most of the time did not favor the interests of the local population and that it made them to inherit the social liabilities, economic and ambient of the taken decisions its default. When examining the ways of teaching about environmental education in the current Brazilian society, we are faced with the fundamental role of Geography and its teaching for the appropriation of the criticidade in the relations society and nature. Besides having a still considerable capital of ecosystem resources, an important tool in the conservation, preservation and sustainability of the city of Rio de Janeiro, AP-5 has a considerable portion of the city's population, which makes the way they perceive the education received and the environmental practices carried out there by environmental volunteers important for the decision-making of the entire municipality. It also brings to light the debate involving the socio-environmental issue in the face of public educational policies, the local knowledge and the conflict between speeches and actions.

Keywords: Geographic education. Ambient Education. Voluntary.

✉ *Nadja Maria Castilho da Costa*²

✉ *Aline Barbosa da Silva Gonçalves*¹

1 – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

2 – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.

Correspondência: felipewald@gmail.com

Recebido em: 07-12-2018

Aprovado em: 11-08-2020



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.



INTRODUÇÃO

O entendimento e assimilação das questões espaciais é de fundamental importância na construção de uma cidadania responsável, voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental que amplie o papel transformador e emancipatório desempenhado pela Educação Ambiental. Para o entendimento desta questão a presente pesquisa teve como recorte espacial a área de planejamento 5 da cidade do Rio de Janeiro – RJ, e conforme a formação socioespacial desta região da cidade foi sendo delineado, as questões rurais, urbanas, históricas e sociais foram demonstrando a importância socioambiental que os bairros desta parte da cidade têm para toda ela.

A área de planejamento 5 ou Zona Oeste “cotidianamente referenciada”, mostra em sua história até o presente, ser a última fronteira urbanística sobre uma natureza, um “entorno original” dentro da cidade, em grande parte preservada pelos usos menos impactantes da vida rural que deu início ao povoamento local. As forças dos coletivos que habitam e lutam dentro deste espaço multifacetado buscam proteger diante da grande segregação espacial que tal área perca os seus “remanescentes verdes”.

Vale ressaltar que este trabalho aborda a educação formal recebida pela população local, a influência do conhecimento geográfico nas últimas cinco décadas e o crescimento da educação ambiental realizada pelos próprios moradores, voluntários de ações ambientais nesta área de planejamento.

A Geografia, embasada e teorizada nas últimas 5 décadas, principalmente pelos teóricos brasileiros, tem na concepção adotada aqui, um caráter transcendente a desgastada discussão da dicotomia geografia física / humana, pois concebe a unidade do conhecimento geográfico como resultante da interação entre os diferentes elementos e fatores que compõem seu objeto de estudo. (MENDONÇA, 2001)

Partindo do local para o global, a pesquisa qualitativa de abordagem ambiental, aplicada para o conhecimento do espaço aqui pesquisado, utiliza os métodos dialéticos, bem como o método comparativo e, por conseguinte, também o método histórico. Confluindo com os métodos anteriormente citados, juntamente com a análise das práticas e falas a presente pesquisa visa alcançar, dentro das limitações locais, até onde o discurso

curricular da Geografia, baseada na Geografia Socioambiental, é efetivo. E se é praticado no contexto social e comunitário, principalmente dentro das práticas educacionais ambientais no recorte socioespacial desta pesquisa. (MARAFON, et al., 2013)

A formação socioespacial da AP-5 (Zona Oeste) da cidade do Rio de Janeiro

A Zona Oeste foi tratada como última fronteira da urbanização do Rio de Janeiro. A área da cidade, denominada e conhecida por Zona Oeste, compreende um conjunto de diferentes bairros que se identificam a partir de uma história comum relacionada a um passado, onde a produção agrícola destacou política e economicamente o local. A formação desta zona geográfica muito contribui para o entendimento da formação da área de planejamento 5, já que tal denominação, “zona oeste”, é de uso popular e cotidiano e não reflete o âmbito oficial de classificação geográfica conferida pela prefeitura da Cidade. No recorte da área de planejamento 5 totaliza-se vinte e um bairros, dos quarenta e um pertencentes a Zona Oeste. O mais recente bairro acrescentado foi o de Gericinó, cujo território, antes do ano de 2004, pertencia ao bairro de Bangu. Todos eles estão dentro da configuração geográfica conhecida como zona oeste e trazem consigo todo o histórico de formação socioespacial dos habitantes desta parte da cidade do Rio de Janeiro.

Moreira (2012) afirma que, a história humana e a história natural são inseparáveis. Esta ideia inicial ganha legitimidade uma vez que consideramos a naturalidade da história e a historicidade na natureza, fazendo com que seres humanos e natureza estejam presentes concomitantemente sob um plano histórico. Dessa forma, a natureza socializada, ou mesmo humanizada, é a natureza natural em um momento posterior, agora socialmente modificada, formando, no entanto, duas naturezas que são, ao mesmo tempo não são, a mesma coisa; e onde o trabalho humano é o responsável por esta mutação. O ponto dessa junção contraditória é o espaço. E é justamente este conteúdo que o torna um espaço geográfico.

Entendemos que, o espaço geográfico pode ser compreendido enquanto totalidade, uma vez que, de forma dialética, o espaço media a relação contraditória

presente entre a natureza natural e a natureza socializada e articula uma na outra, tornando-as una e dual concomitantemente:

A história dos homens torna-se aos olhos da geografia, assim, a história da transformação permanente e continuamente acumulativa da natureza em sociedade pela mediação do espaço, num salto de qualidade de uma forma natural para uma forma de social via o processo do trabalho. (MOREIRA, 2012, p. 107).

Em um primeiro momento a natureza se define enquanto uma totalidade unicamente formada por elementos naturais, onde o ser humano é uma destes elementos, assim organizados em um arranjo espacial. Contudo, o ser humano, através do trabalho, a transforma em uma outra totalidade; esta agora, composta por elementos sociais. O ser humano é, então, o agente desta transformação. Dessa forma, a sociedade humana promove a passagem da história natural para a história social da natureza. Em um plano concreto, a sociedade humana transforma a natureza a partir da produção do espaço. “É o homem, pois, o sujeito, o ser regente das determinações que agem a um só tempo sobre a natureza e a sociedade, através da mediação do espaço geográfico.” (MOREIRA, 2012, p. 108).

O espaço social da Zona Oeste, ao longo de muitos anos, oscila entre o rural e o urbano, pois seu processo de integração econômico, social, político, cultural e ambiental foi construído em torno da ideia de natureza e da vocação agrícola, ainda não completamente apagada da memória coletiva, mesmo tendo ocorrido surtos de urbanização que se evidenciou em distintos momentos, como por exemplo, o desmembramento de fazendas centenárias em loteamentos e a criação de polos industriais. Nela, foram mantidos durante muito tempo, os usos agrícolas e as extensas propriedades, que foram se extinguindo com a pressão da urbanização, a partir da década de 1960. Alguns pequenos produtores resistem em pleno século XXI nesta área, como nos arredores do maciço do Mendanha e a região do Rio da Prata no bairro de Campo Grande na AP-5 que vendem suas produções em pequenas feiras orgânicas, mas não com

propriedades extensas como as vistas no início do século XX. (FRÓES E GELABERT, 2004)

Em relação a construção de sua identidade e memória espacial, os habitantes da AP-5 a constroem no hibridismo das noções rural e urbano que povoam as representações sociais locais, sendo esse um elemento de distinção que particulariza tal grupo. Exemplo disso é a Fazenda Mato Alto, no bairro de Guaratiba, voltada para a pecuária leiteira que também oferece passeios de Maria Fumaça passando por vegetação de Mangue e Restinga, ao mesmo tempo que se encontra ao lado de uma das estações mais movimentadas do corredor rodoviário Transoeste, a Estação Mato Alto.

As terras do Campo Grande, denominação atribuída no período do sistema de sesmarias, localizavam-se para além dos campos do Irajá e por serem dotadas de variados tipos de solos favoreceram diversos usos e distintas lavouras. Datam do século XVIII a formação de fazendas e engenhos que com suas capelas e oratórios, conduziram a instituição da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, em 12 de janeiro de 1757. Com a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a produção de açúcar amplamente estabelecida na Capitania de São Vicente, foi também estimulada através da doação de sesmarias feitas pelo Governador àqueles que desejassem instalar a lavoura da cana de açúcar nas Capitanias.

Com terrenos argilosos, que melhor se prestam a referida cultura, as terras do Campo Grande designavam no século XVII, as terras que atualmente compõem os bairros de Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos e no controle da Companhia de Jesus, tais terras localizadas para além dos campos do Irajá, foram iniciadas no processo produtivo que colocou as terras do Campo Grande em posição de destaque agrícola.

Os jesuítas compravam fazendas e arrendavam outras próprias, mas sempre mantendo o controle total sobre a propriedade, ainda hoje as ruínas das estradas construídas pelos Jesuítas se encontram no território do bairro de Santa Cruz .

Os religiosos utilizavam mão-de-obra indígena e escrava, aplicando, contudo, um tratamento considerado mais justo para os parâmetros da época. Os escravos sob a tutela

deles tinham moradia individual, podiam dedicar dois dias da semana às suas roças e seus filhos recebiam roupas, alimentação e educação dos padres, além disso, escravos que mantinham uma boa conduta podiam criar até 10 cabeças de gado, tinham assistência moral, sanitária e de subsistência para os filhos por conta da fazenda. Como a Região era uma área nitidamente rural, os aglomerados humanos formados durante quase três séculos ficaram restritos às proximidades das fazendas e engenhos e às pequenas vilas de pescadores nos bairros ao longo da costa da baía de Sepetiba. (MEDEIROS, 2017)

Com a expulsão dos jesuítas, a fazenda, assim como suas demais propriedades, foi confiscada pelo governo português e ficou subordinada ao Vice-rei. A partir daí, ela nunca mais teria a mesma eficiência administrativa do período dos jesuítas e, até a chegada da família Real, em 1808 e a consequente transformação do Convento dos jesuítas em Palácio de Veraneio para D. João e seu séquito, o empreendimento sofreu abalos. Dada a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, o príncipe regente D. João se encantou pela região em estudo e escolheu os campos de Santa Cruz para passar longas temporadas.

O antigo Convento dos Jesuítas foi transformado em Palácio Real, a estrada melhorada e a fazenda passam a viver sua fase de maior esplendor, sendo visitada frequentemente, não apenas por grandes autoridades e figuras da nobreza, mas também por importantes artistas e naturalistas europeus, que passaram a vir ao Brasil incentivados por D. João. Nas viagens até a fazenda, era muito comum que o príncipe regente fosse acompanhado de grande comitiva incluindo príncipes, artistas e autoridades importantes, além de lacaios de todo tipo, ficando, boa parte dessa comitiva alojada no Engenho da Paciência, onde hoje estão localizados os bairros de Paciência e Cosmos, sendo uma das ilustres hospedes como a pintora, desenhista, escritora e historiadora britânica Maria Graham, que lá esteve em 1823. (MANSUR, 2008)

Gozando o prestígio que a presença real conferia as terras de Santa Cruz, a região viveu momentos de glórias sendo o palco de ocorrências como as inaugurações da primeira agência fixa dos Correios do Brasil, em 1842, e do matadouro, em 1881, além de ter o único hangar de dirigíveis do mundo, construído em 1936. O cultivo da cana de açúcar cujo objetivo era o mercado externo até o fim do período Imperial, foi a economia responsável pela sustentação de uma nobreza local do século XVII e XVIII. A cultura da

cana de açúcar no Rio de Janeiro não foi abandonada quando seu iniciou a cultura do café. Ela foi declinando pela falta de força de trabalho escrava, desviada para as minas de ouro e diamante. Soma-se a esse aspecto a concorrência de outras regiões com melhores condições de produção. Por último, a abolição da escravatura foi o elemento decisivo para a o fim de uma cultura já em declínio nas terras de Campo Grande. (MANSUR, 2008)

Ao final do ciclo da cana de açúcar, na região, inicia-se o ciclo do café. O cultivo do café nas terras do Campo Grande teve maior destaque na Fazenda do Mendanha e trouxe um breve período de esplendor para região que veio posteriormente perder sua supremacia para os atuais municípios de Vassouras e Resende. A partir da segunda metade do século XIX, a área começou a se adensar com a implantação, em 1878, de uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, em Campo Grande. Desde finais do século XIX, políticos da atual Zona Oeste, representantes do poder rural e que influenciavam importantes decisões acerca do papel que deveria ter a capital frente ao poder federal, se destacaram. A importância desse grupo político, conhecido como “Grupo Triângulo”, resultava da sua influência política na região principalmente por ocuparem importantes cargos na administração municipal e federal, o que lhes conferiam um papel decisivo nas eleições municipais e distritais.

De acordo com Mota e Peixoto (2006) foi nos primórdios da Primeira República que surgiu a força política chamada Grupo Triângulo, composto por lideranças locais da área de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Tal grupo, interpretado por seus adversários políticos como uma “misteriosa força”, nos momentos decisivos das eleições, arregimentava um número considerado de eleitores, decidindo assim, eleições importantes no âmbito federal e municipal. Apoiado em dados de Américo Freire retirados do livro “Uma capital para a República”, Mota e Peixoto (2006) informam que este grupo era liderado por Augusto Vasconcelos, político de Campo Grande e Raul Barroso, político de Guaratiba, sendo eles os representantes da zona rural do terceiro distrito na Câmara dos Deputados.

A forte coesão dos grupos atuantes já denunciava as fraudes eleitorais promovidas pelo grupo que tinha como seu líder o “Dr. Rapadura”, codinome dado por José do Patrocínio ao líder Augusto Vasconcelos. Felipe Cardoso Pires, outro integrante do Triângulo, foi diretor do Matadouro de Santa Cruz, cargo que lhe dava visibilidade e forte

poder, pois era ele quem controlava o fornecimento de “carne verde” para toda a capital, assinando contratos com firmas de entregas, sem quaisquer licitações, em prol do bom relacionamento com as firmas e pela manutenção do poderio do Grupo Triângulo.

Com o decorrer da política na Primeira República do Brasil, nova dinâmica se configura a partir do enfraquecimento político do grupo Triângulo, fato que coloca fim a uma “Era dos Senadores da Zona Oeste” e inaugura um período de “apagamento de uma memória” que relacionava a região ao regime monárquico.

O processo ausência de memória do Império materializa-se a partir de um projeto de zoneamento urbano explícito no Decreto nº 1.185 de 4 de janeiro de 1918; tal decreto dividiu a cidade do Rio de Janeiro em três zonas: urbana, suburbana e rural. Com base no Boletim da Prefeitura do referido ano, é possível perceber que o critério oficial para este zoneamento incidiu sobre a topografia, pois nota-se que o mencionado Boletim informa que devido a topografia irregular da cidade, o que ficou convencionado como zona urbana foi a parte “mais central, mais antiga, mais importante da cidade, ora plana ou de suave declive para o mar, ora montanhosa extremamente elevada em curtos pontos dessa região” (ABREU, 1987).

A instituição deste decreto transformou aproximadamente 70% da área correspondente à zona rural do Distrito Federal, em área suburbana e projetou uma nova cidade quanto ao seu traçado urbanístico ideal, determinando os usos da terra e a reserva de áreas verdes buscando o controle da expansão e do adensamento urbano. Ações estratégicas para um Rio de Janeiro que começava a se organizar para as celebrações do centenário da Independência que caminhou em paralelo com a construção da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro e a valorização das representações que tal região carrega. (ABREU *op cit.*)

Retornando a Zona Oeste, com a expansão urbana sobre o espaço rural em decorrência do Decreto 1.185/1918, torna-se ainda mais visível o enfraquecimento da influência política de grupos ligados ao poder rural no Rio de Janeiro, como o Grupo Triângulo, sendo essa a principal consequência política do citado decreto. Outra consequência do decreto foi a diminuição drástica do que era denominado de rural, pois de 70% do município do Rio de Janeiro caiu para 15% da totalidade do território carioca.

Com a transformação da maior parte da antiga zona rural em suburbana, vem o aumento do imposto predial, o valor dele foi dobrado e o Estado duplica sua arrecadação através da mudança da condição da área, permitindo construções de uma forma mais extensa, principalmente para fins residenciais, o que favoreceu enormemente o setor imobiliário.

As disputas políticas inerentes aos grupos que apoiavam a monarquia ou a república influenciavam politicamente a região; entretanto, a economia local ia se mantendo apoiada na agricultura e assim, após o fim do ciclo do café, destaca-se em uma nova atividade, a citricultura. Desde os primeiros anos do século XX e até os anos de 1940, Campo Grande e outros bairros da atual AP- 5 foram considerados como grandes produtores de laranjas, fato que rendeu a região a alcunha de “Citrolândia”. (SILVA E GAMARSKI, 2010).

A passagem por distintos ciclos agrícolas consagrou a imagem da Zona Oeste da cidade como o celeiro do Distrito Federal. Até o ano de 1948, vinte e seis escolas rurais haviam sido criadas, nos bairros de Santíssimo, Realengo, Senador Camará, Campo Grande, Magarça, Vila Eugênio, Covanca, Padre Miguel, Emboabas e Guaratiba. A criação da Fazenda Modelo, de um Matadouro Modelo e da educação rural, demonstra as intenções do Estado em institucionalizar a região como área rural da cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que estabelece um projeto de organização e controle sobre ele, ao determinar as diretrizes para a educação rural.

A instalação da linha férrea contribuiu para consolidar uma frente agrícola com base na pequena e média propriedade. As freguesias de Campo Grande e Guaratiba possuíam propriedades menores em comparação com as de Santa Cruz. Nesse sentido o desenho espacial que vigorou até o século XIX regulado pelas grandes fazendas foi gradativamente alterado por interesses de um mercado interno de alimentos e de terra.

De acordo Weyrauch (2013), com o “ciclo da laranja”, entrou em um período de extrema decadência com o advento da Segunda Guerra Mundial. Como não havia como a produção ser escoada, dado o ocorrido, uma praga se instalou nos laranjais, um inseto chamado “mosca do Mediterrâneo”, não deixando chances para a sobrevivência das plantações.

As terras dos laranjais, desvalorizadas e estigmatizadas pelo fracasso, foram postas à venda por preços irrisórios durante a década de 1950. Dessa forma, a Zona Oeste deixava de ser famosa por sua importância fruticultora e as grandes extensões de terras destinadas a agricultura vão progressivamente sendo transformadas em loteamentos.

Com o apagamento gradativo dos traços rurais que a marcaram durante longos anos, na década de 1960, a especulação imobiliária avança na região a ponto de degradar as atividades agrícolas. Esse período pode ser apontado como sendo o que marca a crise da identidade local tendo em vista que de área rural, passa a ser considerada eminentemente urbana, deteriorando-se com o influxo de grandes massas populacionais.

A partir da década de 1960, surgiram os distritos industriais em Campo Grande e Santa Cruz, resultando na instalação de grandes empresas, como a siderúrgica Cosigua Gerdau, a fábrica francesa de pneus Michelin e a Valesul, entre outras. O processo de intensa ocupação da zona oeste acelerou-se a partir dos anos de 1970, com a segregação socioespacial que fez dos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes (AP-4), lugares de forte investimentos imobiliários voltados para a classe média alta e classe média, acompanhando o ritmo de investimentos feitos a “Zona Sul”, aumentando a diferenciação dos bairros da Zona Oeste que pertencem a AP-5.

Neste processo de produção do espaço urbano carioca, o Estado se mostrou presente de formas distintas nas duas áreas consideradas Zona Oeste. Na AP-4, a presença do Estado se dá na dotação da infraestrutura necessária para a ocupação das classes altas e na AP-5, se fez presente pela precariedade de tais serviços. Ambas as construções simbólicas não podem ser analisadas em separado, pois constituem uma relação de complementariedade por fazerem parte de um mesmo projeto de construção de espaço urbano que impactará nas demais políticas públicas voltadas a Área de Planejamento 5.

Assim, a AP-5 foi tratada e percebida como um imenso campo a ser loteado e a receber camadas mais baixas da população de outras partes da Cidade, como os diversos processos de remoção de favelas existentes. Um exemplo foi o ocorrido ainda na década de 1960, dos moradores removidos da favela do morro do Pasmado no bairro de Botafogo e alojados na Vila Progresso, atual Vila Kennedy no bairro de Bangu e mais recentemente

com as remoções para as obras de infraestrutura da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016, onde moradores de várias áreas da cidade receberam indenizações ou foram realocados para projetos de habitações populares concentradas nos bairros da AP-5.

Diante desse processo de urbanização, que revela uma política de adequação da AP5, às necessidades de outras áreas de planejamento, evidencia-se uma inserção em posição de dependência em um processo mais amplo de desenvolvimento social, econômico, político e ambiental; temos o diagnóstico que revela que a despeito do crescimento populacional, ou seja, o sucesso da política imobiliária planejada, o Estado inseriu de forma dependente a área em tela. E, conforme aponta os dados de Rovere (2009), ao analisar a Zona Oeste que se insere na área de planejamento 5, nos é permitido observar os seguintes aspectos: Uso e ocupação do solo – caracterizado pela existência de extensas áreas onde predominam assentamentos que podem ser classificados de várias maneiras, tais como: irregulares, clandestinos, ilegais, precários ou inapropriados, áreas verdes e as unidades de conservação; Educação – Em destaque pois o diagnóstico e as propostas na área de educação revelam a ausência de uma maior correlação entre as necessidades e potencialidades da região, principalmente relacionadas a educação de cunho ambiental; Desenvolvimento Humano – a região apresenta crescimento populacional, mas gera poucos empregos locais, a falta de segurança aparece como um dos principais problemas da região, junto ou logo atrás de logística, transporte público e educação/capacitação.

Ao analisar principalmente o uso e ocupação do solo e a educação ofertada à população os índices humanos são facilmente descortinados e pode-se entender melhor o voluntariado local, formado pela população presente na AP-5, que atua em tal área.

Uso e ocupação do solo da AP-5

Quanto ao uso e ocupação do solo, vale ressaltar que houve um aumento de instrumentos reguladores de proteção às áreas verdes, nas últimas décadas, ao se articular ementas a Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, o Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro que após receber inúmeras emendas continua a tramitar na câmara. A caracterização do zoneamento da AP-5 (figura 1). Seguem as seguintes nomenclaturas que aparecem dentro da AP-5 para melhor entendimento:

ZCA- Zona de Conservação Ambiental: apresenta características naturais, culturais ou paisagísticas relevantes para a preservação. E pode ser subdividida em:

ZCA-1- correspondente às unidades de conservação da natureza de proteção integral, como os parques do Mendanha, da Pedra Branca e Reserva Biológica de Guaratiba; às Zonas de Conservação e de Proteção da Vida Silvestre (ZCVS e ZPVS) integrantes das APAs da Brisa, da Serra da Capoeira Grande e do Morro do Silvério; área da APA do Nova Sepetiba II; às áreas acima da curva de nível de (cem metros) 100m da Serra de Inhoaíba e dos morros isolados; as áreas de risco por deslizamento; aos remanescentes de ecossistema de manguezal e ilhas na Baía de Sepetiba; área ao longo do Rio Cabuçu-Piraque, prevista para implantação de parque; bens naturais protegidos como a Ponta do Ipiranga em Sepetiba.

ZCA- 2- corresponde às zonas de amortecimento das zonas de proteção, ao entorno dos bens tombados como o Sítio Roberto Burle Marx e áreas frágeis, de restrição à ocupação. Permite além do uso residencial unifamiliar, algumas atividades de serviço em lotes de grandes dimensões e baixa intensidade de ocupação do solo.

ZA – Zona Agrícola, assim foram classificadas as áreas onde ainda há atividade agrícola efetiva, nas localidades da Ilha de Guaratiba, da Serrinha do Mendanha e do Rio da Prata em Campo Grande.

ZRU 2 - Zona Residencial Unifamiliar 2: permite atividades não residenciais, compatíveis com as características da zona. Compreende as áreas dos bairros de Sepetiba e de Guaratiba, trechos junto à Serra da Paciência e ao Maciço da Pedra Branca, onde as características locais, condições de fragilidade ambiental ou ausência de infraestrutura não admitem o adensamento. Permite além do uso residencial unifamiliar, atividades de comércio e serviços de forma a agregar maiores possibilidades de uso das edificações existentes.

ZRM2 – Zona Residencial Multifamiliar 2: permite algumas atividades de comércio e serviços de apoio e complementariedade ao uso residencial. Atribuída às áreas dos bairros de Santa Cruz, bairro de Realengo e Guaratiba ao longo das Estradas do Magarça e do Mato Alto onde os usos residenciais, de comércio e serviços podem conviver.

ZRM3 – Zona Residencial Multifamiliar 3: permite a convivência com usos não residenciais diversificados. Estende-se na maior porção dos bairros das Regiões Administrativas de Campo Grande, e a porção dos bairros da Região Administrativa de Bangu localizados entre a Avenida Brasil e a Linha Férrea. Possui padrão de ocupação mais denso, verticalizado e conjuga o uso residencial com atividades de comércio e serviços, voltadas para o atendimento da demanda local.

ZCS - Zona Comercial e de Serviços: onde predominam as atividades comerciais e de prestação de serviços de alcance regional ou municipal, localizadas preferencialmente junto aos eixos de transportes. Localizada junto aos principais corredores de transportes, em áreas onde pode predominar o uso comercial e de serviços.

ZUM – Zona de Uso Misto: onde os usos residenciais, comerciais, de serviços e industriais podem ocorrer sem predominância, ressalvadas as situações de impacto pertinentes à convivência entre os diferentes usos. Áreas de grandes dimensões de ocupação rarefeita, localizada próximo à Avenida Brasil e à Avenida D. João VI onde espera-se ocupação planejada com usos especiais sujeitos à avaliação e mitigação de seus impactos.

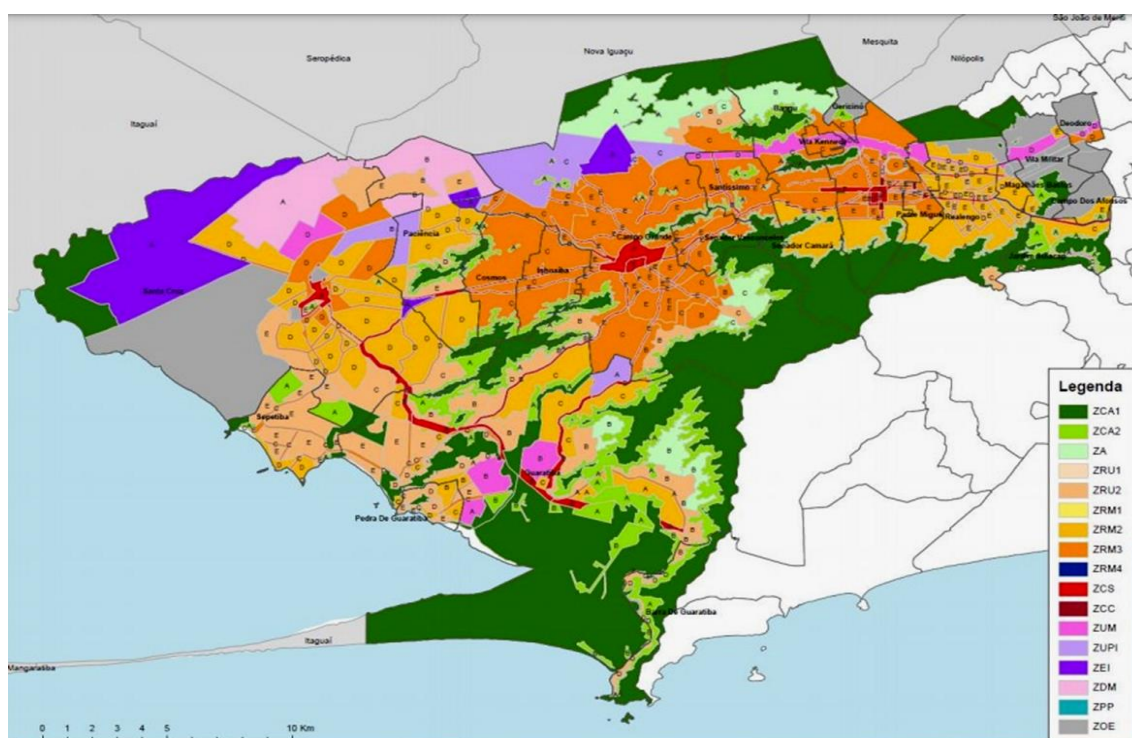
ZUPI - Zona de Uso Predominantemente Industrial: destinada à instalação de indústrias cujos processos produtivos não causem incômodos à população, permitindo sua convivência com os demais usos, inclusive o uso residencial. Compreende principalmente áreas junto à Avenida Brasil, onde há incentivo à implantação do uso industrial e atividades de grande porte, possibilitando os demais usos urbanos em menor escala.

ZOE – Zona de Operações Especiais: é constituída por áreas sujeitas a regime específico, sob jurisdição pública, como áreas militares ou federais. Atribuída às áreas institucionais e militares situadas nos bairros de Deodoro, Realengo, Vila Militar, Gericinó, Guaratiba e Santa Cruz.

ZEI – Zona de Uso Estritamente Industrial: destinada à instalação de indústrias cuja operação pode causar prejuízos e impactos significativos ao ambiente urbano, cabendo planejamento específico para sua implantação, admitindo convivência limitada com usos de comércio e serviços complementares ao seu funcionamento, não sendo permitido o uso residencial. Corresponde as áreas dos distritos Industriais de Santa Cruz, Paciência, Palmares e Campo Grande.

ZDM – Zona de Desenvolvimento Econômico Metropolitano: destinada ao desenvolvimento do setor industrial e logístico, com alcance além do território municipal, pressupondo tratamento diferenciado, podendo conviver com os demais usos urbanos. Área situada junto ao limite norte do Município destinada prioritariamente à atividade de logística, dada sua proximidade e interferência com a região metropolitana.

Figura 1 – Zoneamento de ocupação do solo da AP-5

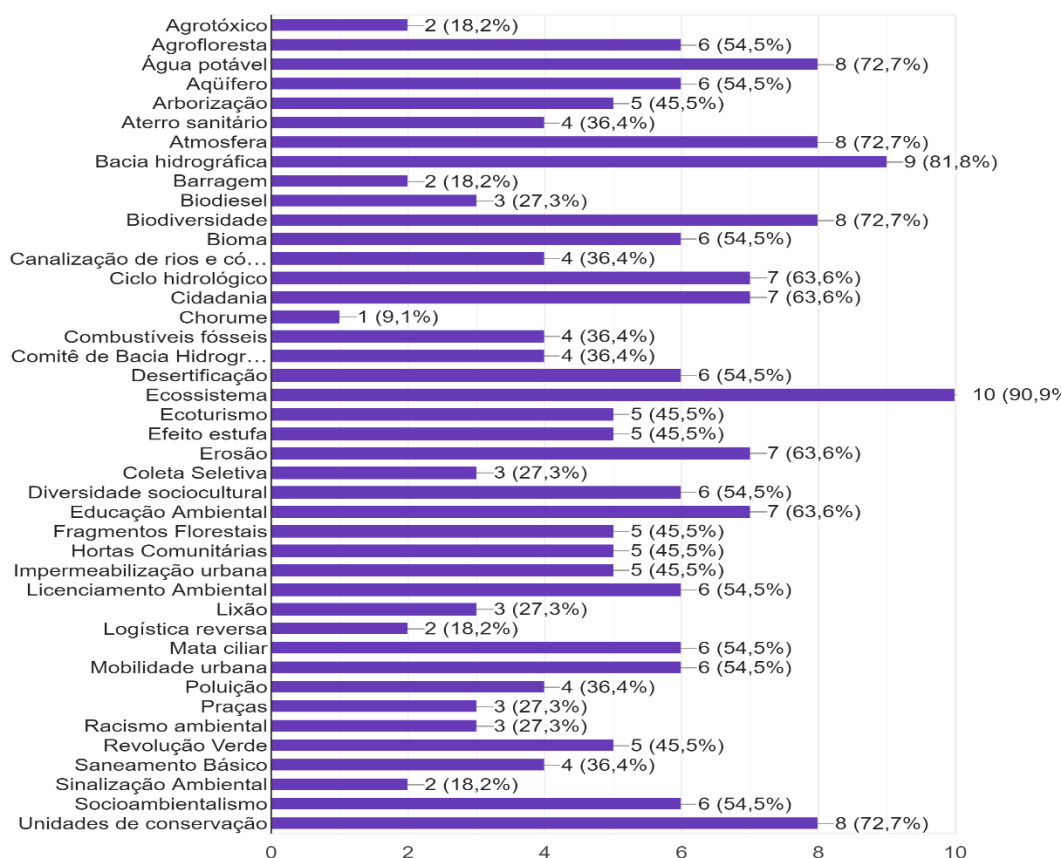


Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro – 2012.

Educação Geográfica: produzindo o voluntariado ambiental da AP- 5

A Educação Geográfica tem um papel muito importante no contexto do voluntariado, pois, por intermédio dela, acredita-se que educadores e educandos tenham condições de desmistificar a relação sociedade - natureza e trazer à tona a questão ambiental, assumindo um caráter eminentemente social. O caráter principal da Educação Ambiental não é solucionar problemas ambientais decorrentes das intervenções antrópicas, mas sim, formar cidadãos aptos a lutar pelos seus direitos, conscientes de seus deveres e capazes de agir diante das possíveis agressões ambientais promovidas no processo de produção do espaço geográfico como podemos observar na figura 2.

Figura 2 – Gráfico de respostas do Formulário Google 2. Título da pergunta: Quando se fala Geografia, selecione a seguir quais termos considera de associação fácil e rápida.



Fonte: Autora, 2021.

Uma vez que a Geografia tem como uma das preocupações o lugar em que se vive, ela não vê a natureza apenas como áreas de preservação/conservação. Entende a superfície terrestre como sendo o espaço de transformação e vivência do ser humano. Sansolo e Cavalheiro (2003) consideram que as questões ambientais, sobretudo, quando se refere à Educação Ambiental, referem-se aos resultados das relações sociais que interpõem as relações com a natureza.

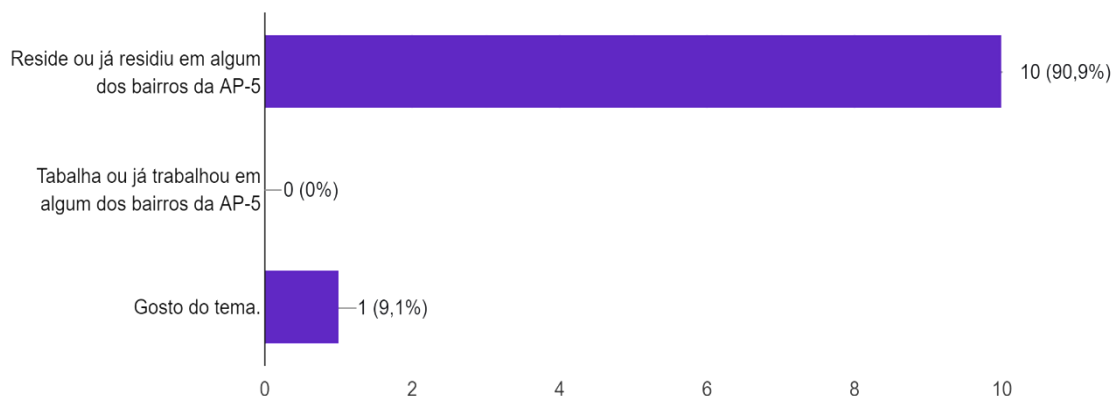
A população da cidade do Rio de Janeiro que vive e convive nos espaços da área de planejamento 5 tem um patrimônio de conhecimentos construídos, em grande parte, numa relação com e não contra a natureza, principalmente pela forma com que este espaço geográfico foi se constituindo ao longo da história da cidade. Como já foi demonstrado anteriormente, em tal espaço abre-se perspectivas de diálogo, sobretudo num momento em que o acervo de conhecimento científico e tecnológico produzido sob o primado da dominação da natureza está sendo colocado em questão, tais como mudanças climáticas, da perda de solos, da erosão genética entre outros. Aqui, mais uma vez, é preciso superar a colonialidade do saber e do poder que vê o outro, o diferente, como inferior, e deixou como uma das suas piores heranças o “desperdício de experiência humana” (SANTOS, 2006).

Segundo Diaz – Polanco (2004), não depende do tamanho demográfico dessas populações, nem das áreas por elas ocupadas para se tornarem estratégicas, por isso, elas se inscrevem, definitivamente, no debate político e contemporâneo, nas suas mais diferentes escalas. Essas questões estão longe de serem rurais ou outro nome que o valha, pois são cada vez mais associadas à problemática urbana. A reinvenção democrática está em exigir a inserção do jogo das escalas geográficas de poder onde o local não seja apenas a porção de algo maior, num nacional abstrato (PORTO-GONÇALVES, 2012; GONZÁLEZ CASANOVA, 2007).

Há uma questão de fundo que emana desse repertório que tem permanecido invisível no debate especificamente ambiental, trata-se da luta pela reapropriação social da natureza (LEFF, 2006) e da construção de sociedades sustentáveis fundadas nas condições ecológicas e culturais dos povos da terra que a humanidade, na sua diversidade, vem travando. E a cada dia mais pessoas se dão conta disso. O voluntariado da população da AP-5, ao serem questionados sobre o que os levou a escolher a localidade para atuar

como voluntário ambiental, deixam claro a luta por esta reapropriação ao relacionar o seu local de moradia a uma das motivações de sua atuação. (figura 3)

Figura 3 - Gráfico de respostas do Formulário Google 2 – Título da pergunta: O que levou escolher a localidade da AP-5 para atuar como voluntário ambiental?



Fonte: Autora, 2021.

Segundo o Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (FIOCRUZ, 2021), a população dos bairros pertencentes a zona oeste da cidade, onde a AP-5 se insere, que vivem em torno de lixões clandestinos, aterros sanitários desativados, incineradores e usinas de reciclagem denunciam, desde 2009, impactos socioambientais como a falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, poluição atmosférica, poluição de recursos hídricos, poluição do solo; e danos à saúde como acidentes, doenças respiratórias, doenças transmissíveis e piora na qualidade de vida. Sob uma ótica crítica, o conflito socioambiental nos apresenta os problemas distributivos do sistema capitalista e as consequências de modos de vida e formas de conhecimento que se posicionam como hegemônicas.

Usando um exemplo de voluntariado ambiental da AP-5, que explicita a luta contra a injustiça ambiental na área, podemos citar o coletivo Nosso Bosque, nascido da iniciativa de um grupo de moradores dos arredores da Serra da Posse, no bairro de Campo Grande, que já conseguiu recuperar 10% da vegetação do conjunto de morros, onde antes só havia capim-colonião e descarte clandestino de resíduos. Tal recuperação trouxe de volta várias espécies de aves e pequenos mamíferos nativos da Mata Atlântica, como

conta o fundador do coletivo, o produtor audiovisual Thiago Neves, de 36 anos, em entrevista ao jornal *O Globo*, edição on-line do dia 04/11/2021:

— *Depois de muito tempo, voltei a morar aqui na Zona Oeste do Rio, exatamente nos limites da Serra da Posse. O local estava um lixão, e isso me dava muita tristeza porque víamos, eu e minha esposa, um potencial para um ambiente de convivência. Expressei essa angústia nas redes sociais, criando o perfil do “Nosso Bosque”, e vi essa ideia crescer com o engajamento de outros moradores. Aqui todos podem ser um colaborador, não precisa de formação em ecologia, somente ter boa vontade para somar junto ao grupo — afirma.*

Segundo Pacheco e Vargas (2009) a desigualdade se demarcada no processo de injustiça ambiental, envolve os trabalhadores latino-americanos, afro-americanos, afro-caribenhos e asiáticos, assim como as populações tradicionais - ribeirinhos, quebradeiras de coco, marisqueiros, extrativistas, caiçaras e pequenos agricultores familiares - e povos indígenas.

Paralelamente aos dados citados anteriormente, o IBGE aponta o crescimento em até 150% da população dos bairros da Zona Oeste, que recebeu entre os anos 2000 e 2010 cerca de 278 mil moradores. Esse cenário de crescimento do número de habitantes nos bairros da AP-5 complica, ainda mais, o acesso aos equipamentos culturais e favorece uma situação de desigualdade e exclusão a cultura e ao lazer. Ainda nesse panorama, as políticas públicas de cultura e lazer não tem conseguido promover ações que garantam o acesso ao melhor nível educacional em todas as suas manifestações. Todos estes aspectos vão se refletir nas organizações e grupamentos existentes na AP-5, como o voluntariado ambiental.

Oliveira (2018), ao discutir sobre o voluntariado ambiental da área, apresenta semelhanças com o conceito de fato social apresentado por Durkheim. Para o autor, o fato social é definido por Durkheim a partir da ênfase nos aspectos coercitivo e imperioso; enquanto as representações sociais, por serem forjadas no cotidiano das interações sociais, não carregam em si o caráter de ênfase na coerção, embora tal como os fatos sociais, as representações sociais são coletivas e exteriores. E acrescenta, “Empiricamente, as representações sociais podem significar qualquer coisa, ou seja,

qualquer objeto pode ser mentalmente representado. As representações são, assim, funções mentais.”

O conceito de representações coletivas implica no entendimento de que socialmente, os seres humanos sintetizam o que pensam e entendem sobre si mesmos e sobre a realidade em que estão envolvidos. Nesse sentido, as representações coletivas podem ser interpretadas como uma forma de conhecimento socialmente produzida, resultante de esforço coletivo e assim, se distanciam das representações individuais e revelam a existência de um grupo social produtor de ações dotadas de significado intimamente relacionado às representações coletivas do grupo.

Não sendo reduzidas aos indivíduos, as representações coletivas são fruto da interação e dos laços sociais que os homens estabelecem entre si, ultrapassando e adquirindo realidade e autonomia próprias. Nesta linha de raciocínio, as representações coletivas enquanto conceito, é ao mesmo tempo forma de conhecimento e guia para as ações sociais. (OLIVEIRA, 2018)

Aspectos inerentes ao que é socialmente classificado pelos coletivos aparecem referenciados no cotidiano dos moradores promovendo a manutenção da imagem da região da AP-5 como “rural”, pois como demonstrado, as referências remetem a um espaço físico pouco alterado ainda abundante, de uma natureza, preservada por leis ambientais e em parte pelo trabalho resistente daqueles que preservam voluntariamente seu meio ambiente.

Assim sendo, a AP-5 é percebida ainda pelo seu histórico como um espaço da natureza, ou melhor, de uma representação de natureza que é a construída, em oposição a do espaço urbano barulhento, artificial e limitante que estaria presente em outras áreas da cidade do Rio de Janeiro. A reafirmação destas representações sociais manifesta-se cotidianamente na vida do morador da AP-5 e do voluntariado ambiental presente ali, reforçando assim uma visão sobre si mesma que está em constante conflito com os resquícios do processo de urbanização pelo qual a região tem passado desde a metade do século XX. (MOSCOVICI, 2003).

Esta discussão profícua sobre a relação entre linguagem e representação, leva em conta pontos fundamentais: o que se acredita cientificamente e o que a sociedade entende e, entre elas, um intermediário de peso: as representações sociais. Essas representações não são as mesmas para todos os membros da sociedade, pois dependem, tanto do conhecimento de senso comum (ou popular), como do contexto sociocultural em que os indivíduos estavam inseridos.

Silva (2003), em seu texto, completa com sentido o objetivo desta análise do contexto sociocultural e da educação geográfica para o meio ambiente ofertada aos indivíduos da AP-5: “Sem conhecermos os sujeitos que concebem as práticas em Educação Ambiental, não poderemos realmente absorver a dinâmica das suas representações e, menos ainda, contribuir para o processo educativo analisado.” (SILVA 2003, p.49)

Considerando as informações sociais conhecidas da AP-5, suas deficiências e possibilidades, a presença de vazios urbanos que possibilitam a existência de áreas verdes, em comparação à ocupação de outras áreas de planejamento e os serviços ambientais oferecidos por elas, a AP - 5 revela-se como uma possibilidade, se corretamente planejada, de expansão da cidade do Rio de Janeiro de forma menos desordenada e mais equilibrada, ambientalmente. Sendo assim, um desafio e uma responsabilidade onde uma educação voltada para o meio ambiente tem grande apelo.

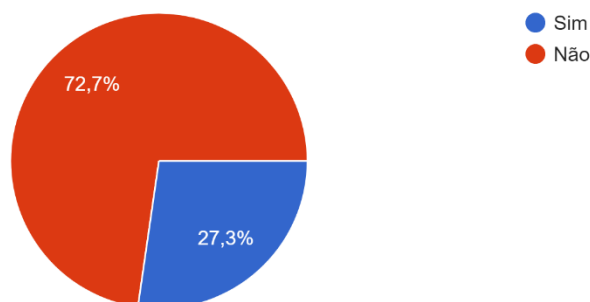
Para Reigota (2004), a Educação Ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

Para tornar o acesso à educação ambiental de qualidade viável, buscou-se neste trabalho ressaltar o legado da educação geográfica no entendimento do espaço geográfico como a natureza transformada. (SANTOS 1978), como também o legado de uma crítica dentro das epistemes geográficas e seu ensino, Gandin (1995), ainda aponta que a educação escolar possui três objetivos básicos: a formação da pessoa humana, o desenvolvimento da ciência e o domínio da técnica. A formação humana é a forma em que o cidadão se relaciona com o mundo, compreende suas transformações e é sensível às questões socioambientais.

A Educação Ambiental é vista pela Geografia como a ferramenta para que os cidadãos se tornem seres mais críticos e com capacidades de ação diante de suas responsabilidades. Ao observarmos, portanto, o gráfico abaixo (figura 4) nota-se que a Geografia na educação informal tem menor presença nas rotinas de capacitação do voluntariado, demonstrando que a maior presença da educação geográfica que permanece com estes indivíduos veio da Geografia escolar. A criticidade é adquirida inicialmente a partir da descoberta da realidade vivenciada pelos educandos na escola, a fim de facilitar o seu processo de conhecimento a partir do seu cotidiano, pois segundo Penteado (1997),

Uma coisa é ler sobre o meu meio ambiente e ficar informado sobre ele, outra é observar diretamente o meio ambiente em que se vive, entrar em contato direto com os diferentes grupos sociais que o compõem, observar como as relações sociais permeiam o meio ambiente e o exploram, coletar junto às pessoas informações sobre as relações que mantem com o meio ambiente em que vivem, enfim, apreender como a sociedade lida com ele. (PENTEADO,1997, p.53)

Figura 4 - Gráfico de respostas do Formulário Google 2. Título da pergunta: Durante o período que atua ou atuou no voluntariado ambiental recebeu alguma capacitação por profissional da área de Geografia?



Fonte: Autora, 2021.

Nas relações de ensino – aprendizagem não se pode perder a dimensão da responsabilidade do ensino oferecido na escola, que tem como uma de suas finalidades, a formação do cidadão para sociedade. Muitos voluntários admitem sua responsabilidade, também, como agentes ativos de uma educação que se propõe crítica e transformadora,

como podemos verificar pela relato do voluntário respondente nº 8, voluntário ambiental da AP-5, em resposta a mesma indagação do formulário google 1.:

“A experiência é desafiadora, acredito como qualquer prática educativa e de necessário engajamento. Tenho experiências majoritariamente boas durante o percursos dos meus voluntariados, mas algumas situações e dificuldades que aparecem são complexas e se tornam muitas vezes desencorajadoras. Ainda assim o voluntariado tem sido uma forma interessante de exercer a capacidade como sujeito (e como cidadão) e também um exercício constante de escuta e diálogo”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental. Por isso o reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

Ao observar o desenvolvimento e os resultados das ações de projetos e ações voluntárias na AP5, ficou nítida a importância de valorizar a educação geográfica, como também sua interlocução com outras ciências inseridas como disciplinas escolares. Além disso, o diálogo entre saber científico e saberes vernaculares ou populares das populações, principalmente os ativamente engajados nas lutas socioambientais como os voluntários, alvo da presente investigação. Assim conseguimos ver a relação entre os discursos e as ações destes, com o espaço geográfico.

Percebe-se que a luta pelo meio ambiente ganha novos contextos diuturnamente. Em resposta às questões propostas, vale considerar ainda que ter uma racionalidade

ambiental dentro da sociedade através da educação geográfica é construir atitudes ao alcance dos educandos. E que muitas habilidades têm de ser aprendidas, tais como interpretar paisagens, registrar textos, ler e produzir mapas, reconhecer os fenômenos da natureza e da mesma forma, o impacto humano sobre o mundo natural, mesmo que a referência sejam os sistemas menos humanizados, isso também contribui para o conhecimento socioambiental.

Deste modo, são profundas as implicações que emanam dessas lutas pela reapropriação social da natureza, onde boa parte delas são desencadeadas por populações com fortes vínculos territoriais. O voluntariado é reportado como força-tarefa complementar às iniciativas públicas e privadas num esforço, muitas vezes paliativo, no setor ambiental. Porém, sua motivação e atuação podem ter raízes mais profundas, como a luta pela justiça social. Compreendê-lo de modo abrangente, em seus diferentes níveis e estágios, é essencial para estimulá-lo e tornar a experiência mais significativa sob o ponto de vista pessoal, social e ambiental. A educação vem para fortalecer a atuação e motivação.

Nesse sentido, é sempre importante e necessário a participação da Geografia nas práticas ambientais, seja no ambiente formal acadêmico ou escolar, seja no ambiente informal, como o dos projetos voluntários desenvolvidos pela população da área de planejamento 5. A persistência para que esta participação seja efetiva é um dos grandes desafios para o conhecimento geográfico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870- 1930). Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Rio de Janeiro, ano VII, n.21, 1987.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. Elogio de la Diversidad: Globalización, multiculturalismo y etnofagia, México: Siglo XXI, 2006.

FRÓES, J. N. S.; GELABERT, O. R. E. Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos. Rio de Janeiro: sem editora, 2004.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Mapa de conflitos, injustiça ambiental e saúde no Brasil. http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?populacao_tax=0&atv_gerad_tax=0&dano_tax=0&impacto_tax=0&uf_tax=rj&q. Acesso em 20 de outubro de 2021.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Org.). A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas. São Paulo: CLACSO, p. 431-458, 2007.

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANSUR, André Luís. O velho oeste carioca: a história da Zona Oeste do RJ, de Deodoro a Sepetiba do século XVI ao XXI. Editora: Ibis Libris: Rio de Janeiro: 2008.

MARAFON, G. J. et al. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. 2017.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. Terra Livre São Paulo n. 16 p. 139-158 1º semestre/2001.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa Social representations: explorations in social psychology [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000.

MOREIRA, Ruy. Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTA, M. S.; PEIXOTO, F. C. “O continuum rural-urbano na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro” In: IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

OLIVEIRA, A. U. Geografia em perspectiva . – 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2018.

PACHECO, I.A.; VARGAS, I. Albuquerque de. Educação patrimonial: um recurso para alfabetização cultural no ensino fundamental. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO. V.3 N.1. p. 92-106. Abril, 2009.

PENTEADO, Heloísa D. Meio Ambiente e Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez, (Col. Questões da Nossa Época, v. 38), 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na américa latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, jan./jul. 2012.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Plano diretor. Lei complementar 111/2011. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/compur/plano-diretor>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente, e representação social. São Paulo: Cortez, 2004.

ROVERE, Renata Lèbre La. “Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno”. Resultado de projeto de pesquisa. Junho/2009.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2006.

SANSOLO, D. G.; CAVALHEIRO, F. Geografia e Educação Ambiental, 2003.

SILVA, J. P. P.; GAMARSKI, E. A. B. “Campo grande: algumas considerações sobre seu desenvolvimento”. In: Anais XVI encontro nacional dos geógrafos: crises, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças – diálogos e práticas – ENGE 2010, Porto Alegre - RS, 2010.

SILVA, Lincoln Tavares. Os Sentidos atribuídos pelos Professores de Geografia à Educação Ambiental: olhares sobre a questão. / Lincoln Tavares Silva; orientação: Prof.^a Dr.^a Margot Campos Madeira. Petrópolis, 2003.

WEYRAUCH, CLEIA SCHIAVO. DE SERTÃO